



Relatório da 13.^a reunião do Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Acordo Internacional do Café, realizada em 11 de maio de 2021

Item 1:	Adoção da ordem do dia	2
Item 2:	Relatório da 12. ^a reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 6 de abril de 2021	2
Item 3:	Grupo de Redação: áreas e métodos de trabalho	2
Item 4:	Papel do setor privado	3
Item 5:	Próximas etapas	7
Item 6:	Outros assuntos	8
Item 7:	Data da próxima reunião	8

1. O Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Acordo Internacional do Café (GTFA) reuniu-se pela 13.^a vez em 11 de maio de 2021. A Presidente, Sr.^a Stefanie Küng, da Suíça, de as boas-vindas aos participantes e agradeceu aos delegados pela presença.

2. Representantes dos seguintes Membros estavam presentes on-line, usando o software do Zoom: Brasil, Colômbia, El Salvador, Federação Russa, Honduras, Indonésia, Japão, México, Papua-Nova Guiné, Peru, República Democrática do Congo, Suíça, União Europeia (Irlanda e Suécia) e Vietnã. O Presidente da Junta Consultiva do Setor Privado, Sr. Anil Bhandari, também estava presente.

Item 1: Adoção da ordem do dia

3. A ordem do dia que figura no documento [WGFA 59/21 Rev. 1](#) foi adotada.

Item 2: Relatório da 12.^a reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 6 de abril de 2021

4. A Presidente apresentou o relatório da reunião anterior, que figura no documento [WGFA-58/21](#).

5. O Grupo de Trabalho tomou nota do relatório.

Item 3: Grupo de Redação: áreas e métodos de trabalho

6. A Presidente recordou aos delegados que na reunião anterior eles haviam aprovado a criação de um pequeno Grupo de Redação “para reduzir as propostas relativas ao novo AIC”.

7. A Presidente em seguida apresentou suas propostas, que figuram no documento [WGFA-60/21](#), referente a como o Grupo de Redação trabalharia.

8. Indicações para a composição do Grupo de Redação haviam sido recebidas de onze Membros: Brasil, Colômbia, Côte d'Ivoire, Federação Russa, Honduras, Japão, México, Papua-Nova Guiné, Suíça, União Europeia e Togo.

9. Apenas onze indicações haviam sido recebidas para doze lugares, pois um dos espaços reservados aos Membros exportadores prosseguia vago. Para fins de equilíbrio entre as representações regionais, esse espaço fora inicialmente reservado para a região Ásia/Pacífico. Qualquer delegação daquela área que se interessasse em participar do Grupo de Redação deveria contatar o porta-voz dos Membros exportadores.

10. A Presidente propôs que o Grupo de Redação concentrasse sua atenção em quatro áreas:

- Preâmbulo
- Artigos 12, 13 e 20, sobre votos e contribuições
- Papel do setor privado e da Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC)
- Comitês da OIC

Ela propôs lidar com votos e contribuições em primeiro lugar.

11. Com respeito a métodos de trabalho, a Presidente propôs uma estrutura leve e não burocrática, centrada em software on-line que permitisse aos Membros processar documentos simultaneamente.

12. O delegado do Brasil pediu esclarecimentos sobre os papéis que caberiam ao Grupo de Trabalho e ao Grupo de Redação.

13. A Presidente informou que todas as constatações do Grupo de Redação seriam submetidas ao Grupo de Trabalho.

14. O delegado do Vietnã afirmou que sua delegação em breve apresentaria uma proposta referente a votos e contribuições.

15. O delegado da União Europeia pediu mais informações acerca dos métodos de trabalho do Grupo de Redação.

16. A Presidente respondeu que o Grupo de Redação deveria concentrar-se em questões de alto nível, tais como votos e contribuições, e depois no texto do novo Acordo.

17. O delegado do Japão pediu confirmação de que as emendas aos Artigos 48 e 49 propostas por sua delegação seriam levadas em conta.

18. A Presidente confirmou que sim.

Item 4: Papel do setor privado

19. A Presidente apresentou o item, lembrando aos delegados que houvera numerosas discussões no GTFA sobre a integração do setor privado. Ela solicitara à Secretaria que preparasse uma apresentação resumindo o assunto, depois da apreciação da qual os delegados poderiam discutir como avançar.

20. O Diretor-Executivo informou que sua apresentação se basearia em três fontes distintas: (1) os resultados da sondagem junto aos Membros da OIC, divulgados no documento [WGFA-50/21](#); (2) os resultados da sondagem junto ao setor privado, apresentados na última reunião; e (3) as intervenções de delegados no GTFA, tanto através de comunicações escritas como de intervenções verbais durante as reuniões.

21. O Diretor-Executivo advertiu os delegados quanto à relevância das sondagens. Nem todos os Membros haviam tomado parte nesse exercício; outros podiam ter mudado de opinião posteriormente. Assim, os delegados não deveriam considerar essas sondagens como determinantes do que se deveria fazer. Elas eram simplesmente um subsídio para compreender questões complexas.

22. A apresentação do Diretor-Executivo é reproduzida no Anexo I deste relatório.

23. A Presidente em seguida apresentou sua interpretação e a da Secretaria sobre onde o GTFA se encontrava em relação a esta questão importante. Para ela e a Secretaria, a maioria incontestável dos Membros apoiava a presença do setor privado na OIC. O setor privado também manifestara considerável interesse por mais integração. A questão concreta consistia em encontrar as melhores formas de operacionalizar esse desejo mútuo de uma relação mais estreita.

24. A Presidente inicialmente se referiu à sondagem junto aos Membros da OIC, observando que o apoio deles à presença de associações comerciais ou órgãos semelhantes na Organização era unânime. O espaço natural para essas entidades já existia: a Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP). Ela observou que alguns delegados haviam externado decepção com o desempenho da JCSP e acreditavam que a Junta nem sempre correspondera às expectativas dos Membros. Na opinião da Presidente, esta era uma razão para reformar-se a JCSP e não para se livrar dela. A melhor maneira de conseguir isso era mantendo a existência da JCSP dentro do texto de um novo Acordo. No entanto, na maior medida possível, decisões e detalhes relativos à estrutura e aos termos de referência deveriam ser deixados para o Conselho, isto é, fora do Acordo. Ela propunha uma Junta Consultiva do Setor Privado renovada e reformada, capaz de congrega associações comerciais e outras entidades do setor privado.

25. O segundo elemento que, na opinião da Presidente, contava com apoio amplo era a formalização da Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC). O GTFA testemunhara numerosas expressões de apoio e apreciação pelo trabalho desse órgão inovador, em especial durante a última sessão do Conselho. A FTPPC fora criada no

âmbito do atual Acordo, mas seria fortalecida se fosse reconhecida formalmente no texto do novo Acordo. Esse reconhecimento demonstraria com clareza a importância que os Membros da OIC lhe davam e, de forma igualmente importante, também criaria uma oportunidade institucional para a participação do setor privado e, em especial, de empresas individuais.

26. Outras propostas mais ambiciosas para a integração do setor privado também haviam sido apresentadas. A criação de formas diferentes de participação era uma dessas propostas, como também a sugestão do Sr. Anil Bhandari, Presidente da JCSP, de criar-se uma estrutura bicameral com dois Conselhos, um para os Governos Membros e um para as entidades do setor privado. A Presidente entendia que o volume de apoio a esses esquemas mais ambiciosos era menos claro. Em particular, ela observou que muitos Membros enfatizavam a necessidade de manter o caráter intergovernamental da OIC.

27. A primeira dessas providências seria a criação de novas categorias de Membros, tais como Membros “do setor” ou “associados”, como havia na União Internacional de Telecomunicações (UIT). Esses Membros pagariam contribuições, mas não teriam direito de voto. Para alguns delegados, o motivo mais forte para compelir uma dada empresa a se tornar Membro da OIC ainda não estava claro. Como o Sr. Bhandari frisava no documento [PSCB-167/21](#), a UIT tinha considerável poder regulatório e econômico, devido a sua significativa influência no espectro/frequência/amplitude das alocações a entidades tanto públicas quanto privadas no mundo todo. A OIC, ao contrário, não exercia uma função regulatória comparável desde a abolição do sistema de quotas. A atração por participação associada na OIC, portanto, era mais limitada. Os delegados ainda desejavam explorar esta opção mais a fundo?

28. Além da possibilidade de alguma forma de participação associada, um esquema mais ambicioso para a reforma da OIC, proposto pelo Sr. Anil Bhandari, fora apresentado aos delegados. A Presidente então passou aos pontos principais das propostas do Sr. Bhandari, que figuram nos documentos [WGFA-57/21](#) e [PSCB-167/21](#). A posição dele se baseava no reconhecimento de que só o setor privado dispunha dos recursos necessários para ajudar a estabilizar o elo mais vulnerável da cadeia do café, os pequenos cafeicultores, e de que não havia possibilidade real de os governos da maioria dos países produtores financiarem uma política ampla de mitigação em seus países para assistir os cafeicultores. A OIC teria dois Conselhos governativos, um para o setor público e um para o setor privado. Da mesma forma, haveria dois orçamentos separados e uma Secretaria responsável perante os dois órgãos. Sem entrar nos respectivos méritos, a Presidente apontou para os delegados que a proposta daria considerável poder aos atores

não governamentais. Apesar da afirmativa do autor de que dois Conselhos governativos existiriam em separado, assim preservando a natureza intergovernamental da OIC, no entender da Presidente considerável poder decisório acabaria sendo entregue ao setor privado. A proposta do Sr. Bhandari se baseava na noção de que só o setor privado dispunha dos recursos necessários para tornar a OIC relevante, e essa era uma reflexão importante. A redução da autoridade decisória dos governos, na opinião dele, seria o preço a pagar para tornar a OIC relevante no mundo moderno. Os delegados, porém, precisariam ter em mente que a aprovação desta proposta exigiria uma alteração significativa da natureza intergovernamental da OIC.

29. Além disso, a Presidente notou que os delegados talvez quisessem levar em conta as implicações financeiras das providências para a integração do setor privado. Se não houvesse um caminho direto à participação de empresas do setor, seria preciso esperar que elas só contribuíssem através da Força-Tarefa Público-Privada do Café.

30. Antes que a Presidente desse a palavra a todos, uma pesquisa informal, usando a plataforma eletônica do Zoom, foi conduzida para averiguar as opiniões dos delegados sobre:

- a) A manutenção e reforma da JCSP
- b) A inclusão formal da FTPPC no novo Acordo
- c) O apoio a outras formas de participação do setor privado, como, por exemplo, a participação associada
- d) O apoio a uma estrutura bicameral

31. O delegado do Japão indagou como o setor privado atualmente se engajava com a OIC.

32. O Diretor-Executivo informou que os principais tipos de interação formal faziam-se através da JCSP e da FTPPC. Além disso, o setor privado estava envolvido, numa base *ad hoc*, em muitas atividades da OIC, entre as quais a coleta de preços indicativos e a comemoração do Dia Internacional do Café.

33. O delegado da União Europeia inquiriu sobre o preparo de cenários que ajudassem a chegar-se a uma decisão.

34. O Chefe de Operações respondeu que era esse o objetivo do documento para discussão [WGFA-43/20](#), em que a Secretaria relacionava todas as opções atualmente sob consideração pelo GTFA.

35. O delegado de Papua-Nova Guiné afirmou que o propósito da inclusão do setor privado deveria ser o fortalecimento da eficácia da Organização, e que as contribuições monetárias não deveriam ser uma prioridade.

36. O Presidente da JCSP, Sr. Anil Bhandari, enfatizou seu apoio pela continuação da existência daquele órgão, mas condicionada a reformas. Ele revisaria sua proposta sobre a estrutura bicameral, com vistas à consecução de uma JCSP revitalizada.

37. Resumindo o debate sobre este item da ordem do dia, a Presidente notou que, na opinião de todos os delegados, uma integração melhor do setor privado era uma questão-chave nas negociações do GTFA. Outras conclusões importantes das discussões e da pesquisa informal foram:

- a) Os delegados haviam manifestado forte apoio à inclusão formal da FTTPC no texto de um novo Acordo
- b) Os delegados apoiavam a continuação em existência da JCSP, embora ela precisasse ser renovada e revigorada
- c) Os delegados desejavam continuar a explorar opções relativas a formas de participação associada, quer de organizações do setor privado, quer de empresas privadas

A discussão fora útil, porque o número de opções havia sido parcialmente reduzido.

Item 5: Próximas etapas

38. Com respeito às próximas etapas do trabalho do GTFA, a Presidente propôs que na próxima reunião o Grupo voltasse à questão da inclusão do setor privado, especialmente na forma de Membros “do setor” ou “associados”. A Secretaria prepararia mais materiais sobre este tópico, assim como o projeto de um Artigo sobre a reforma da JCSP.

39. Enquanto isso, o Grupo de Redação procuraria preparar uma proposta sobre votos e contribuições. A Presidente esperava que a proposta estivesse pronta para apreciação na próxima reunião do GTFA.

40. Em paralelo, o Grupo de Redação começaria a examinar o texto do novo Acordo, a partir do Preâmbulo.

41. O delegado do Japão solicitou informações sobre o cronograma de trabalho do GTFA e a possível necessidade de prorrogar o AIC de 2007 mais uma vez.

42. O Diretor-Executivo informou que a recomendação de um novo Acordo ao Conselho pelo GTFA dependeria da dinâmica do Grupo. No entanto, uma prorrogação do AIC de 2007 seria necessária, fosse qual fosse o tempo levado pelo GTFA para alcançar consenso. Depois que o Conselho aprovasse o novo texto, os Membros precisariam de certo tempo, digamos, de dois a três anos, para que seus legislativos aprovassem esse novo acordo internacional. Assim, várias prorrogações provavelmente seriam necessárias.

43. A Presidente pediu aos delegados que discutissem com suas capitais as implicações das várias providências relativas à inclusão do setor privado e que voltassem ao assunto na próxima reunião do GTFA.

44. Os delegados concordaram com a maneira de ir adiante proposta pela Presidente.

Item 6: Outros assuntos

45. A discussão de Outros assuntos não foi solicitada.

Item 7: Data da próxima reunião

46. A Presidente notou que a próxima reunião do GTFA seria realizada em 10 de junho de 2021.

13th Meeting of the Working Group on the Future of the International Coffee Agreement

Chair: Ms Stefanie Küng, of
Switzerland

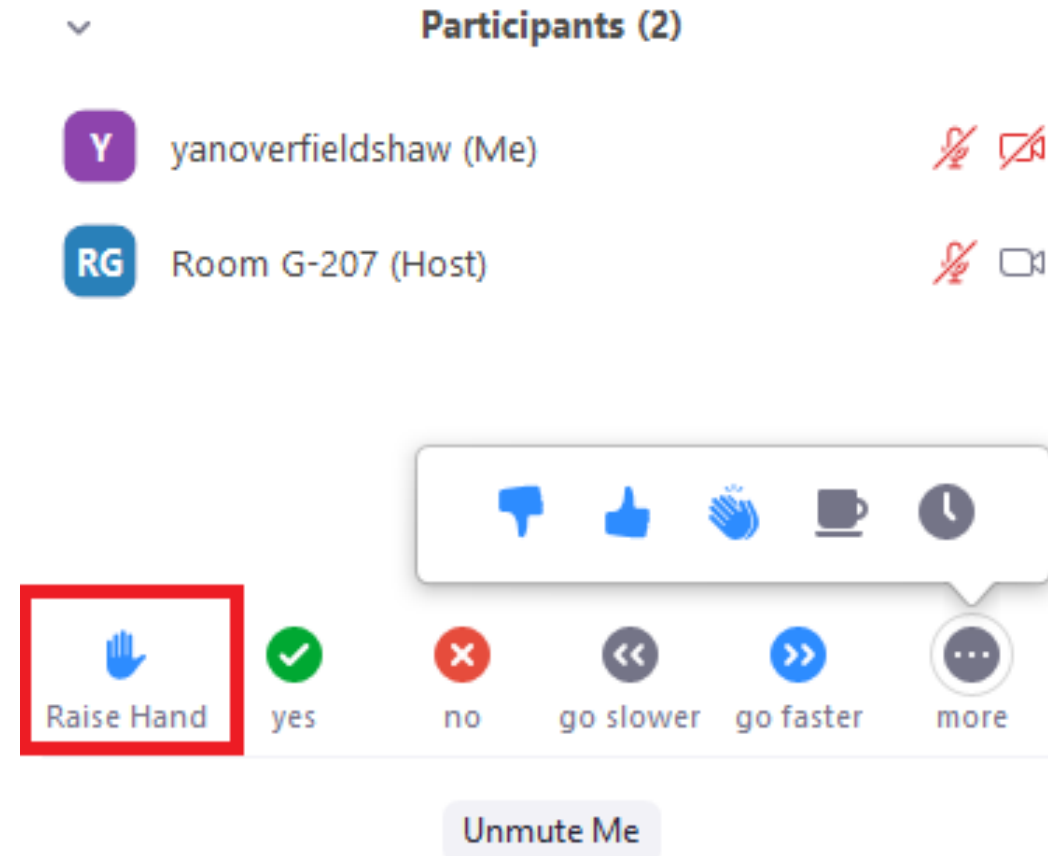
Tuesday 11 May 2021



**INTERNATIONAL
COFFEE
ORGANIZATION**

PROCEDURE ON HOW TO MAKE AN INTERVENTION

1. All Members are on 'mute' accept for the Chair and the Executive Director. This is to reduce noise interruptions during the meeting.
2. If a Member would like to make a verbal intervention, please click on participants and press 'Raise Hand', then the Chair will give you the floor and you can unmute your microphone.
3. When asking a question Members can share their camera if they wish.
4. As a backup option – written questions can also be sent by text to the organizer in the Zoom chat.



DRAFT AGENDA (WGFA-59/21)

1. Draft Agenda – *to adopt*
2. Report of the 12th meeting – *to note*
3. Drafting Group: Areas of work and working methods – *to consider*
4. Role of the private sector – *to consider*
 - 4.1 Private Sector Consultative Board
 - 4.2 Coffee Public-Private Task Force
 - 4.3 Other (ITU model/bicameral structure etc.)
5. Next steps – *to agree*
6. Other business – *to consider*
7. Date of next meeting – *to note*

**Item 2. REPORT OF THE 12TH MEETING OF THE
WORKING GROUP - *to note (WGFA-58/21)***

Item 3. DRAFTING GROUP: AREAS OF WORK AND WORKING METHODS – *to consider (WGFA-60/21)*

Membership: Brazil, Colombia, Côte d'Ivoire, European Union, Honduras, Japan, Mexico, Papua New Guinea, Russian Federation, Switzerland, Togo.

DRAFTING GROUP AREAS OF WORK

- 1) The Preamble**
- 2) Articles 12, 13 and 20 on votes and contributions**
- 3) The role of the private sector and the CPPTF**
- 4) ICO Committees**

DRAFTING GROUP WORKING METHODS

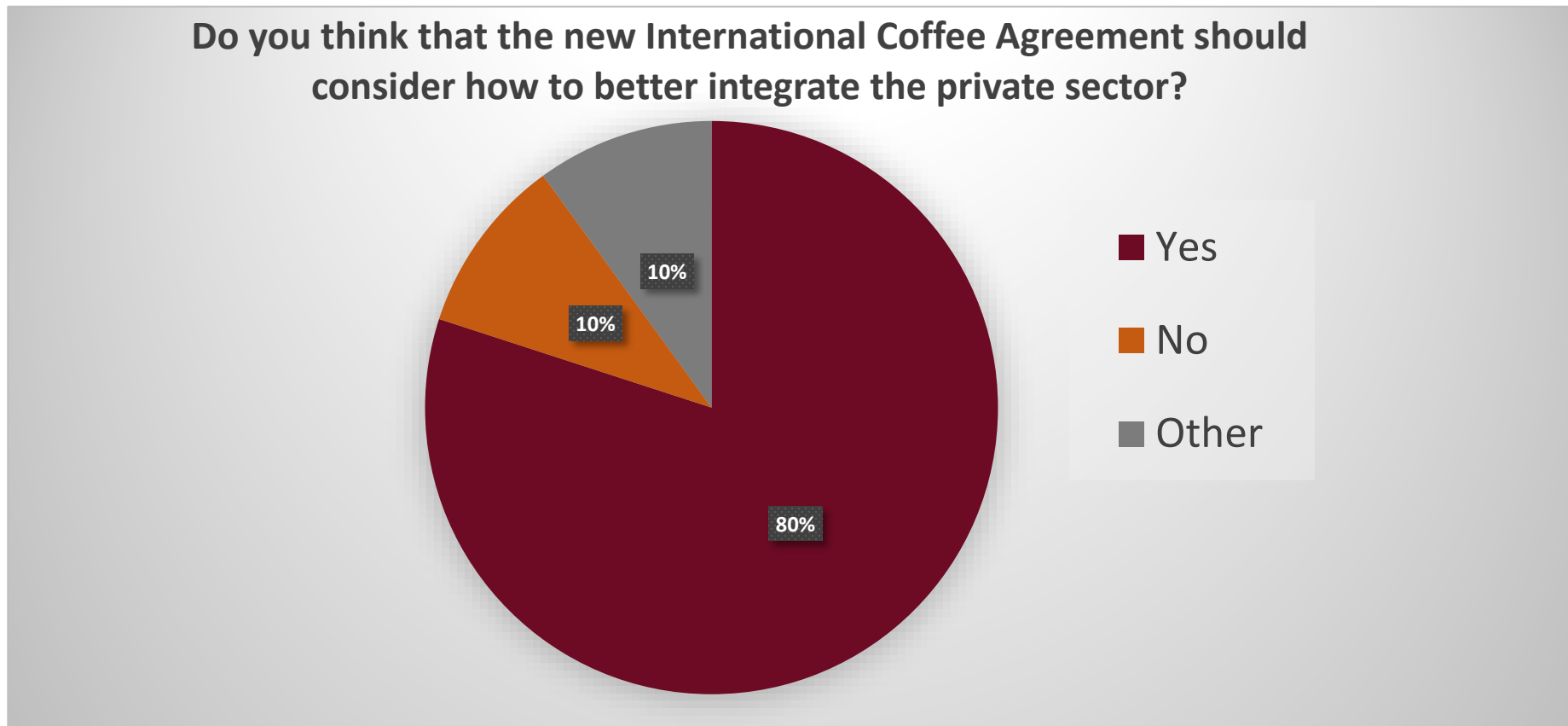
- 1) User-friendly online editing platform
- 2) Deadlines for submitting proposals
- 3) Meeting to decide on presentation to the WGFA

Item 4. **ROLE OF THE PRIVATE SECTOR** – *to consider*

- a) Results of survey of ICO Members (WGFA-50/21)
- b) Results of survey of Private Sector
- c) Members communications and interventions

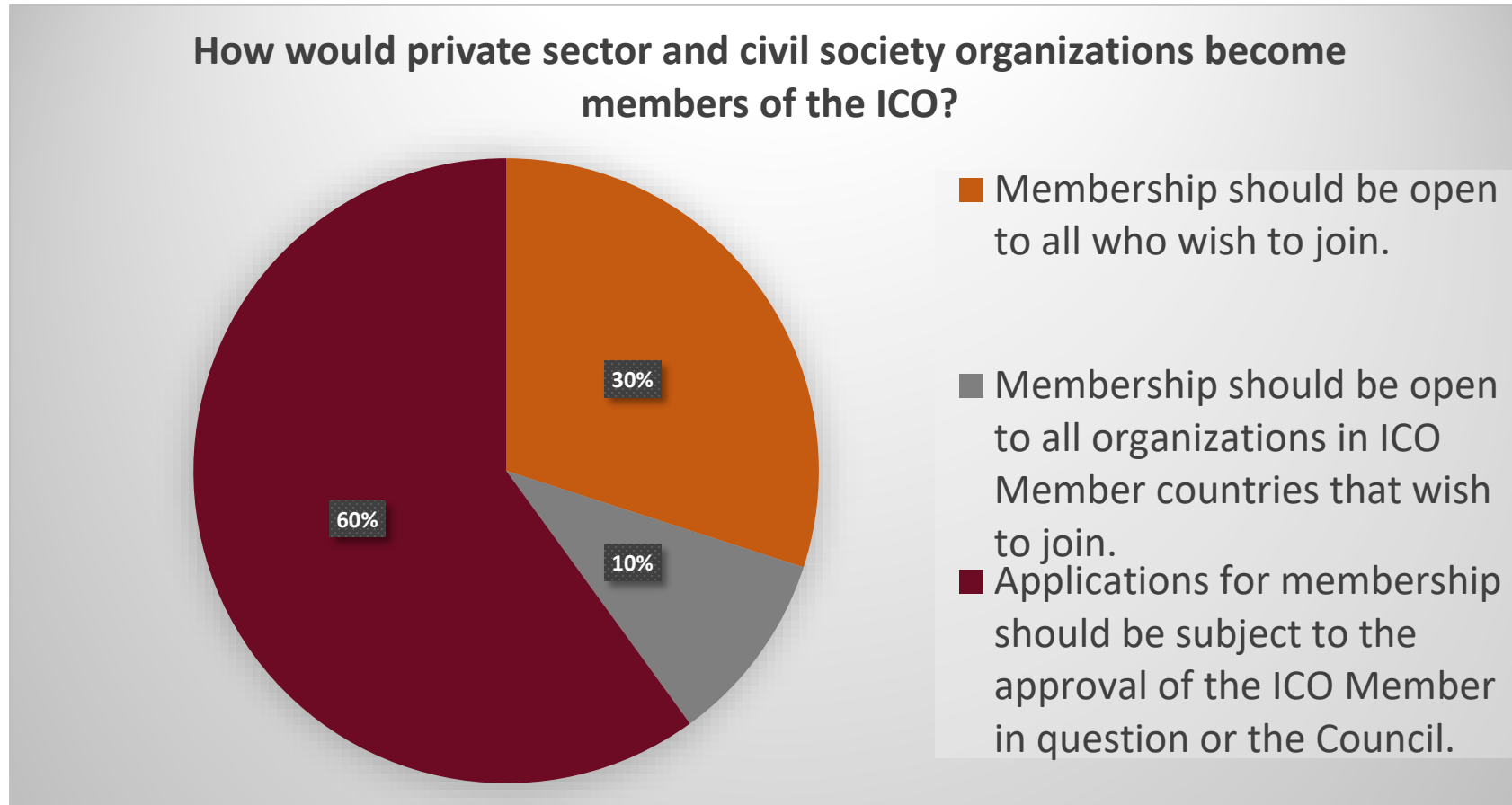
ICO Members: Participation of the private sector

- 80% of respondents would like ICO to consider better ways to integrate the private sector.
- Two respondents mentioned that ICO should maintain its intergovernmental nature but still take into account private sector recommendations.



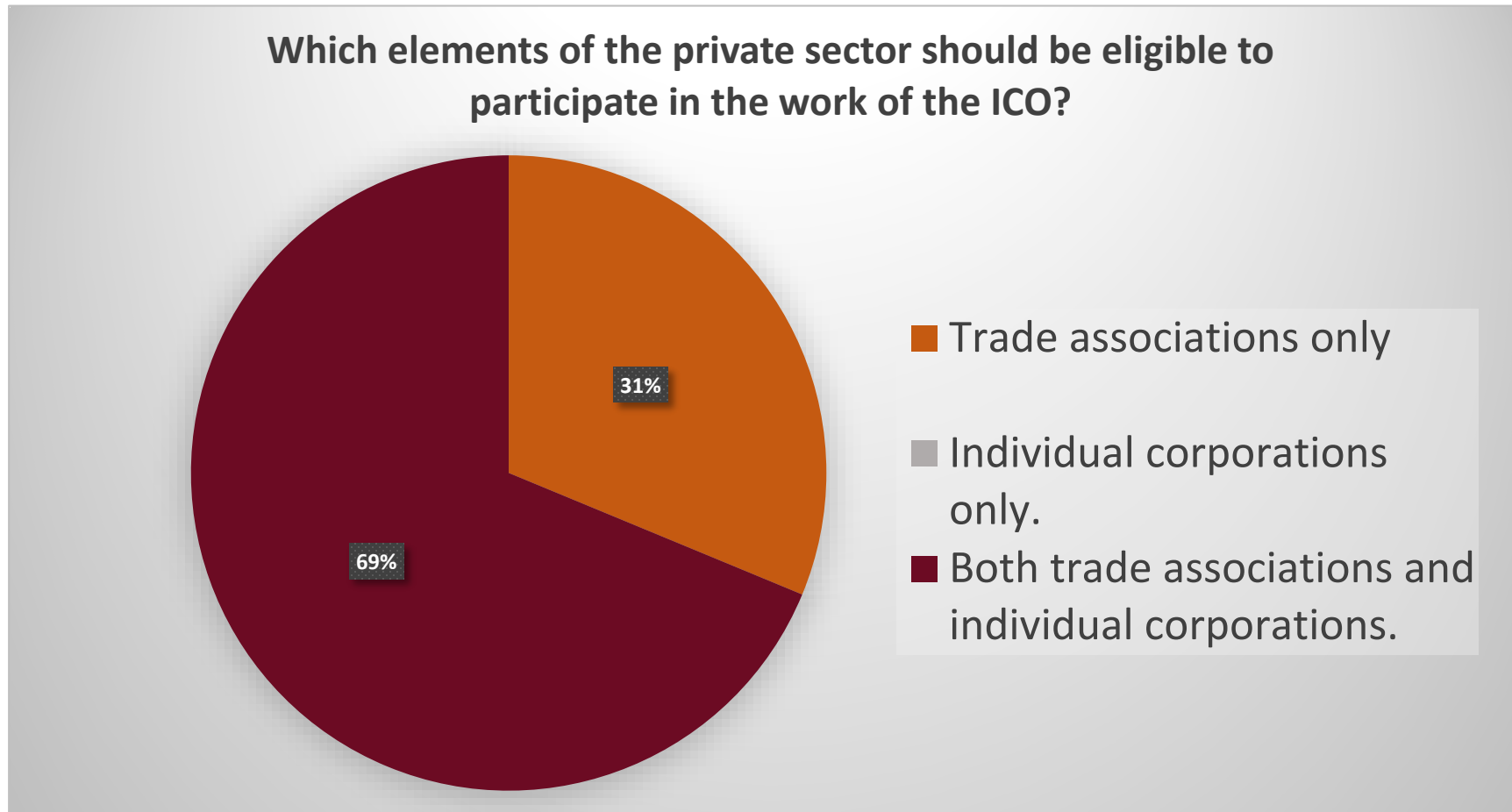
ICO Members: Participation of the private sector: *Approval Process*

- 60% suggest approval should go through the member country or the Council and 30% of respondents suggest Private Sector and Civil Society membership should be open to all who wish to join.

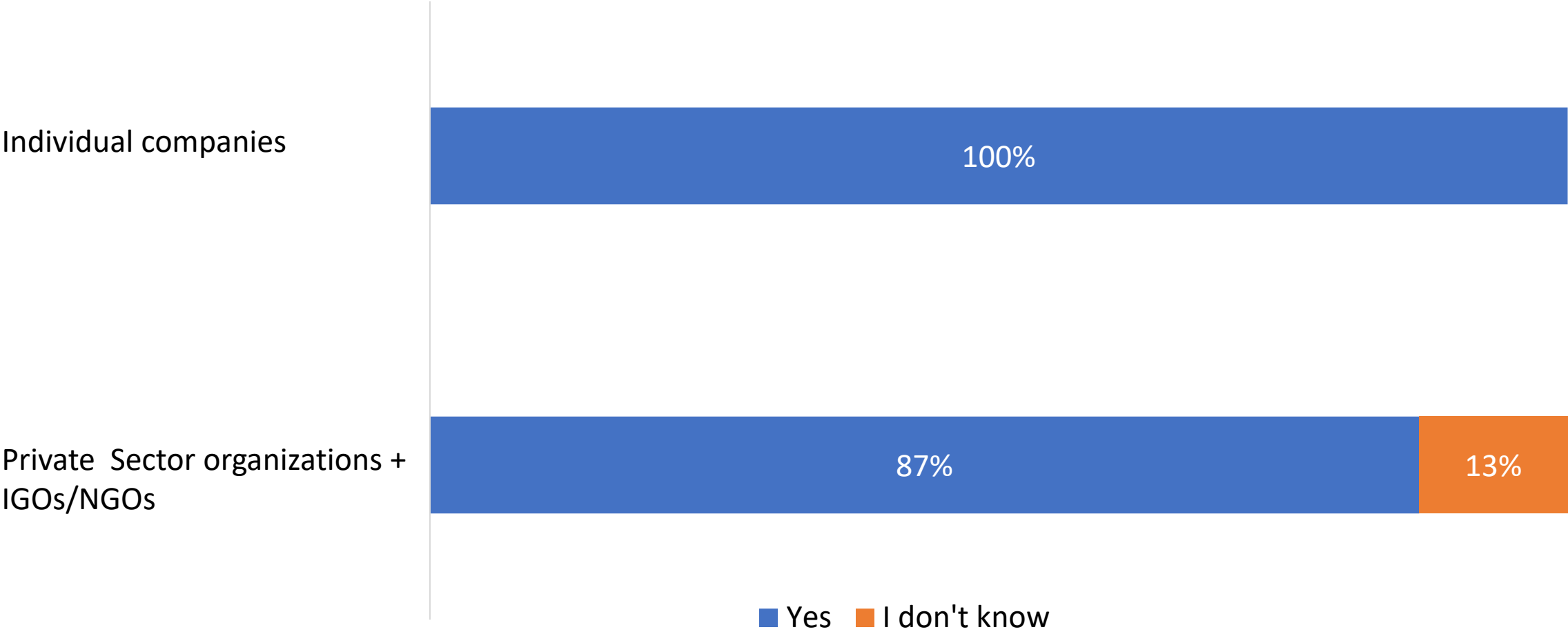


ICO Members: Participation of the private sector: *Eligibility*

- 69% of respondents suggest that both trade associations and individual corporations should be eligible to participate in the work of ICO.

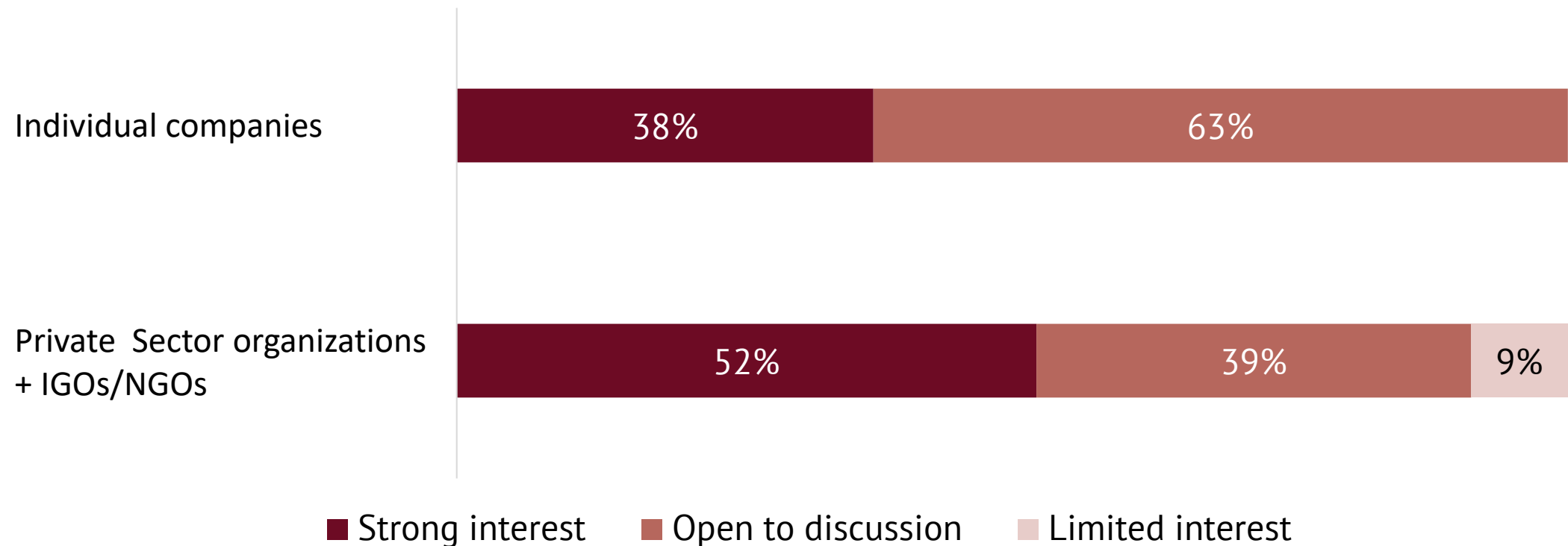


Private Sector: Should ICO exporting and importing Members consider how to better integrate the private sector in the new ICA?



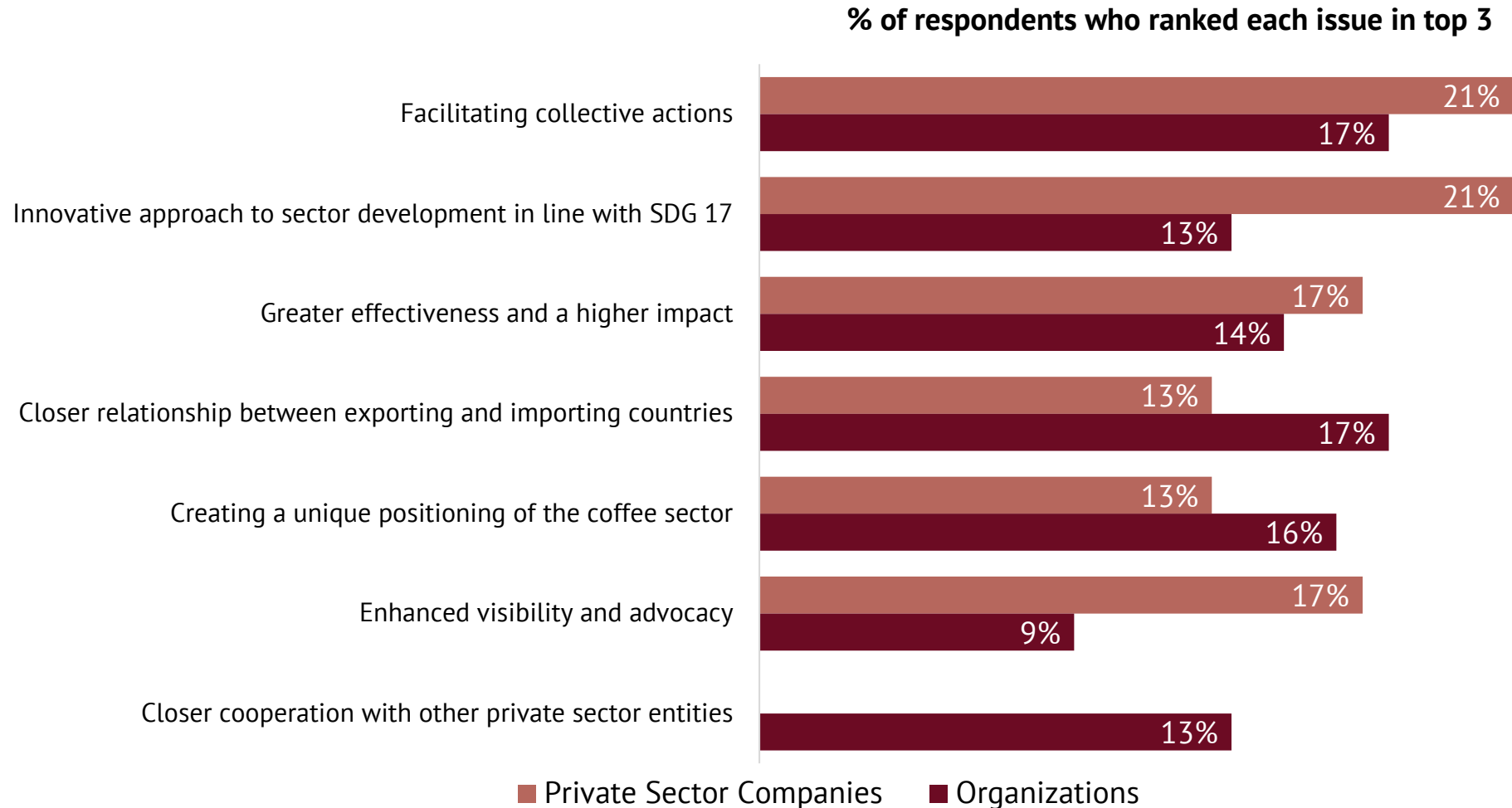
Private Sector: How do you see the opportunity for the private sector to have a closer relation with the ICO?

94% of respondents have a strong interest or are open to discuss a closer relation with the ICO



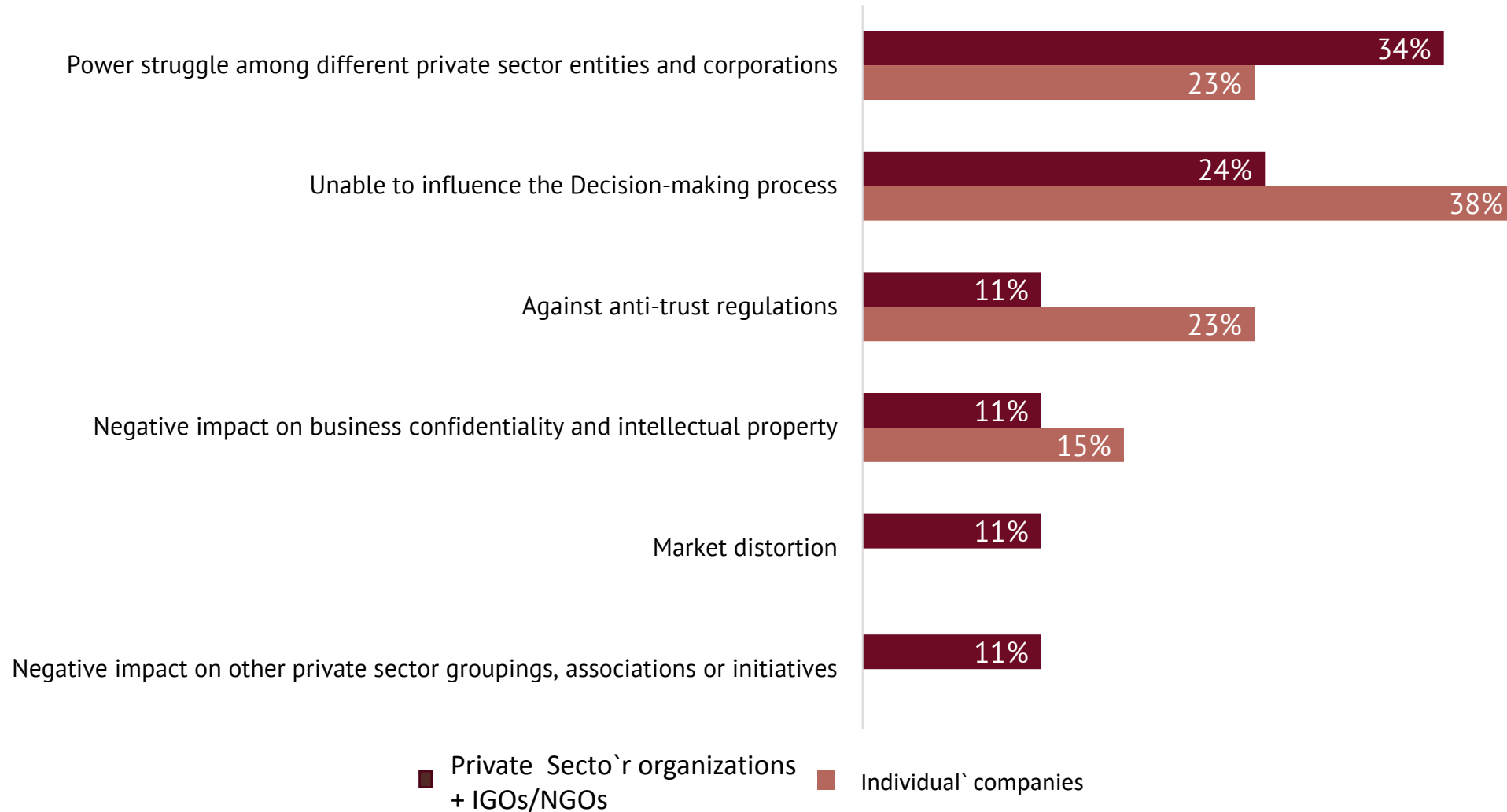
Private Sector: What would be the advantage for the private sector being part of the new ICA?

55% of respondents rank “Facilitating collective actions in addition to individual actions” as the top advantage



Private Sector: What are the areas of concern that can derive from an increased participation by the Private Sector in the work of the ICO?

Top areas of concern: PS Organizations Power struggle
individual companies Inability to influence decisions



Item 4.1 PRIVATE SECTOR CONSULTATIVE BOARD – *to consider*

Item 4.2 COFFEE PUBLIC-PRIVATE TASK FORCE – *to consider*

- **Communication from Brazil (WGFA-47/21)**

Item 4.2 COFFEE PUBLIC-PRIVATE TASK FORCE *Proposal* *by Secretariat (WGFA 43/21)*

Coffee Public-Private Task Force (CPPTF)

- Regular meetings as needed and one meeting back-to-back with annual session of the Council (September)
- Open to Sector and Affiliated members as well as development partners and representatives of civil society
- The CPPTF will provide recommendations to the CGLF, in addition to the ICC
- The CPPTF will also assume fundraising functions
- Executive Director is ex-officio Chair
- *Representatives of the private sector and of the public sector groups acting as spokespersons could be designated and serve one- or two-year terms*

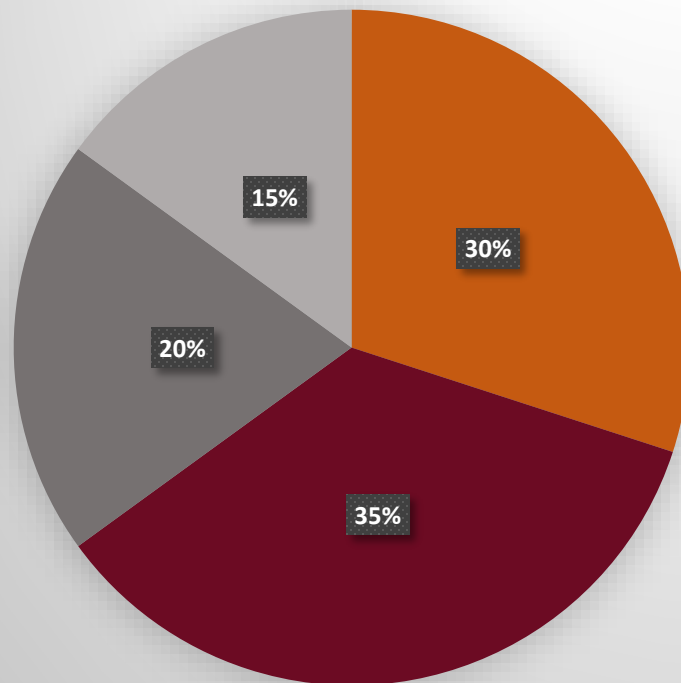
Item 4.3 OTHER INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS– *(WGFA-43/20) to consider*

- **“Sector” or “affiliate” membership (ITU model)**

ICO Members: Participation of the private sector: *Membership Categories*

- 30% would like the PS and CS to become formal members, 20% would like the CPPTF to become a formal part of the ICA while 35% want them to have a purely advisory capacity..
- The 'other' responses (20%) included requests for greater discussion on 'how' to integrate the private sector .

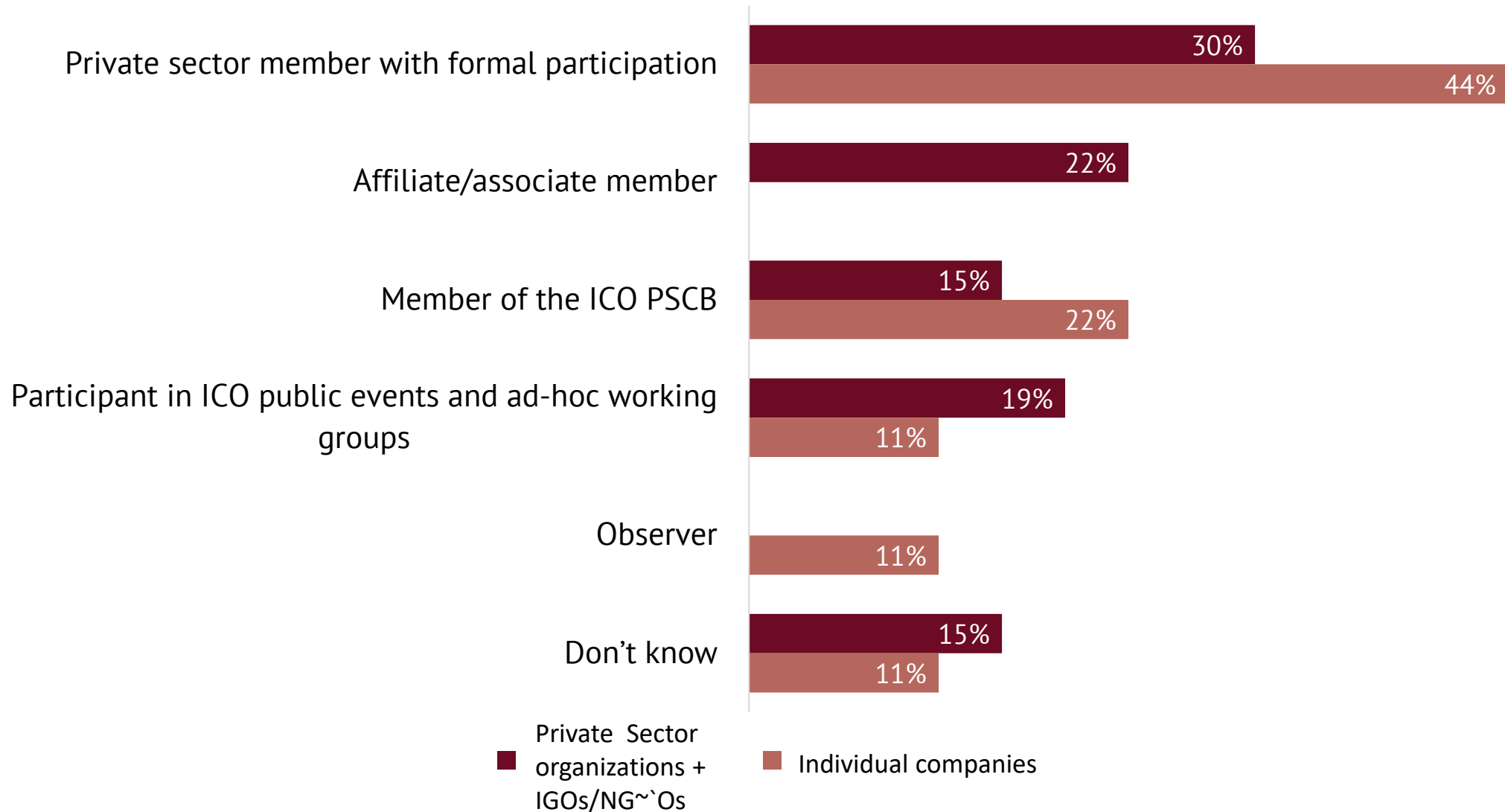
Do you think the ICO should create a new category of “Sector” or “Affiliate” membership, without voting rights, for private sector and civil society stakeholders?



- Yes, the private sector and civil society should have the opportunity to become formal members of the ICO, while maintaining the Organization's intergovernmental nature
- No, the private sector and civil society should continue to be involved in the ICO in a purely advisory capacity, for example, through the Private Sector Consultative Board.
- The Coffee Public-Private Task Force should become a formal part of the Agreement and have the capacity to make formal recommendations to the Council for consideration and endorsement.
- Other

Private sector: What role would you like to have with your greater participation in the ICO?

66% of individual companies: interest to participate in the work of the ICO formally or through PSCB



Item 4.3 OTHER INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS– *(WGFA-43/20) to consider*

➤ **Bicameral structure**

- ❖ Communication from Chair of PSCB (WGFA-57/21)
- ❖ Communication from Chair of PSCB (PSCB-167/21)

ENGAGEMENT WITH PRIVATE SECTOR

- **Trade Associations:** *Maintain PSCB while revising its Terms of Reference (outside the Agreement)*
- **Individual enterprises:** *Integrate CPPTF formally in new Agreement = enhance opportunities for participation*
- **Other:** *Evaluate interest in exploring more ambitious arrangements to integrate the private sector*
- **Financial implications:** *Contributions channelled (a) indirectly through CPPTF or (b) directly via association/membership contributions to ICO budget*

Item 5. NEXT STEPS

Item 6. OTHER BUSINESS

Item 7. DATE OF NEXT MEETING – 10 June

THANK YOU!



**INTERNATIONAL
COFFEE
ORGANIZATION**